

RESUMO

Este estudo procura analisar as circunstâncias históricas da origem do Ensino Universitário: o que aconteceu na Idade Média, com a iniciativa significativa da Igreja. Passa, em seguida, a considerar a demora no Brasil para chegar à fundação da primeira Universidade. Ressalta que nas últimas décadas houve, no Brasil, a multiplicação das Universidades, com uma legislação específica. Em seguida considera que o contato do cristianismo com o mundo da cultura sempre suscitou na Igreja o problema de integrar ciência e fé: o que se deu de maneira significativa com a criação da Universidade Católica, caracterizada por esta integração. Por fim destaca quatro características da Universidade católica, o papel dos professores e a colaboração respeitosa com os não católicos que se encontram nesta Instituição.

Palavras-chave: Surgimento da Universidade. Universidade no Brasil. Universidade Católica.

1. INTRODUÇÃO

Quem somos nós? O que vamos fazer da nossa vida? Estas perguntas básicas, de cada ser humano consciente e maduro têm que ser aplicadas também na Instituição Universitária e, mais especificamente, também na Instituição Universitária Católica e nos correspondentes Institutos Superiores.

A partir disso, este artigo apresenta, antes de tudo, a situação histórica que levou ao surgimento das Universidades na Idade Média. Em seguida, expõe outros dados históricos relativos ao surgimento do Ensino Superior no Brasil. Passa-se depois a considerar a origem e as características específicas das Universidades Católicas, acrescentando, no fim, alguns destaques sobre as mesmas.

O assunto se justifica diante da necessidade de esclarecer a identidade e o papel destas Instituições, por parte seja dos dirigentes, dos educadores, dos alunos e dos responsáveis da sua administração, como também por parte dos que, por vários motivos, procuram tais esclarecimentos. A pesquisa realizada é apenas bibliográfica e documental, destacando-se a Constituição Apostólica sobre as Universidades Católicas, de 1990.

2. O SURGIMENTO DAS UNIVERSIDADES NA IDADE MÉDIA

Nossa cultura ocidental tem suas raízes na cultura greco-romana, com sucessivas contribuições da visão religiosa judaico-cristã e da influência árabe, particularmente através da utilização dos números.

Mas, ficando com a primeira destas raízes, todos nós sabemos que a maioria das palavras da língua portuguesa provém do latim, ou do grego. E isso se aplica também com a palavra *universidade*, que é de origem latina. Mas, para entender seu significado originário, precisa remontar ao período no qual as universidades foram criadas: exatamente na Idade Média. As universidades nasceram, pois, nas escolas da Igreja, na Idade Média. Como isso aconteceu?

A Idade Média pode ser caracterizada pela ação de *três vigorosas forças*: a cultura clássica, a influência germânica e o cristianismo. Carlos Magno (747-814) foi o primeiro monarca de origem

Lino Rampazzo

Doutor em Teologia pela Pontificia Università Lateranense (Roma)
- Pós-Doutor em Democracia e Direitos Humanos pela Universidade de Coimbra
Professor nos Cursos de Filosofia e de Teologia da Faculdade Canção Nova

bárbara que conseguiu criar um império compacto de vasta extensão. Percebeu, com clareza, que um povo, para ser forte, precisava possuir unidades de sentimento e de educação. Para isso, lançou mão da Igreja, sobretudo da vigorosa organização monacal. Chamou para sua corte sábios eminentes: Paulo, o Diácono, Pedro de Pisa, Rábano Mauro, o poeta Teodulfo, o historiador Eginaldo. O Papa colocou a sua disposição cantores, mestres de gramática, matemáticos. Porém, antes de mais nada, o maior executor da política educacional de Carlos Magno foi Alcuíno (735-804), um monge inglês beneditino de York.

A atividade educacional de Carlos Magno foi grande: numa contínua série de decretos legislativos, chamados “capitulares”, organizou o sistema de ensino. Preocupou-se, desde logo, com a cultura do clero e dos monges. Chegou a ordenar, em 802, que todos os seus súditos enviassem os filhos à escola.

Sob Carlos Magno, inspirado por Alcuíno, a educação se renovou no Ocidente, chegando a possuir três graus:

- a) educação elementar, ministrada pelo sacerdote de cada paróquia (escolas presbiterais ou paroquiais);
- b) educação secundária, proporcionadas nos mosteiros e nas catedrais (escolas monásticas e catedrais);
- c) educação superior, confiada a uma academia de sábios que instruíam na Escola Imperial ou “Palatina” (=palácio) e onde praticamente se preparavam os futuros funcionários. Esta escola era itinerante: seguia a corte em seus deslocamentos.

No século XII, as escolas monásticas e catedrais, com o auge dos estudos filosóficos e teológicos, experimentaram um extraordinário impulso, ao ponto delas se transformarem em institutos de ensino mais elevado. Para esse impulso, contribuiu, de maneira significativa, o encontro entre Oriente e Ocidente, ocorrido com o movimento das Cruzadas. De fato, nos séculos X-XII, a cultura árabe tinha atingido seu clímax. Havia instituições de ensino famosas: primeiro em Bagdá e no Cairo; depois em Córdoba, Toledo e Sevilha. Nestas instituições, além do estudo da língua, da filosofia e da teologia, cultivavam-se a física, a medicina e a matemática. Atraídos por tão brilhante desenvolvimento, sábios e estudantes cristãos dirigiam-se a esses “centros de estudo do mundo árabe”. Foi através deste contato que Aristóteles e muitos clássicos gregos chegaram até a cultura ocidental.

Na organização gremial da Idade Média, o termo *universitas* (= universidade) indicava uma “classe social”, ou uma “profissão. Então, no campo educacional, surgiu a *universitas magistrorum et scholarium*, quer dizer, uma corporação de mestres e alunos, conforme a Carta do Papa Alexandre IV à Universidade de Paris, 14 de abril de 1255 (Apud JOÃO Paulo II, 1990).

As novas instituições pedagógicas de nível superior, que se desenvolveram a partir do século XII, receberam inicialmente o nome de *studium generale* (= estudo geral): não no sentido que incluíssem todos os ramos do saber, mas porque, a diferença dos “estudos locais”, eram dirigidas

Lino Rampazzo

Doutor em Teologia pela Pontifícia Università Lateranense (Roma)
- Pós-Doutor em Democracia e Direitos Humanos pela Universidade de Coimbra
Professor nos Cursos de Filosofia e de Teologia da Faculdade Canção Nova

para todos os estudantes, sem distinção de raça e nacionalidade. A este respeito, é bom lembrar que, em toda a Europa, neste tempo, a língua oficial era o latim: as línguas nacionais ainda estavam em fase de formação. Por isso, os estudantes provenientes de outras “nações” não tinham problemas de comunicação entre eles.

A título de exemplo, D. Dinis criava a Universidade mais antiga de Portugal. Datado de 1290,

[...] O Papa Nicolau IV autoriza o Estudo Geral, alude às Faculdades existentes - das Artes, de Direito e de Medicina -, e expressa o privilégio do reconhecimento do *jus ubique docendi* (direito de lecionar em toda parte). A fundação do estudo Geral em Lisboa goza, assim, dum estatuto que o diferencia da maioria das universidades espanholas, quase sempre de fundação estritamente real. (PACHECO, 1997, p. 169).

o documento dá origem ao Estudo Geral, que é reconhecido no mesmo ano, no dia 9 de agosto pelo papa Nicolau IV, conforme afirma Pacheco:

Ressalta-se que o “direito de lecionar em toda parte” significava que o professor formado na universidade podia lecionar em toda a cristandade, com a autorização do papa.

Com o tempo, o nome *studium generale* foi designado para indicar o conjunto das ciências, o estudo geral, ou universal do saber. Só mais tarde, pelo fim do século XIV, o nome de *studium generale* foi substituído por *universitas*. Então, desde o século XIV, o termo “*universitas*” (universidade) passou a indicar aquela instituição que se consagrava ao serviço de todo o saber, nos seus diferentes campos de método de análise. Não existe, pois, nenhum campo de “ser” que não possa e não deva ser explorado.

A primeira universidade europeia foi a escola de medicina de Salerno (Itália). A ela, seguiu-se, ainda na Itália, a de Bolonha, dedicada especialmente ao estudo do direito e fundada, como a de Salerno, no século XII.

Mas nenhuma foi tão importante, para a cultura ocidental, como a de Paris, surgida da escola da catedral de Notre Dame, no século XIII, e que modelou as demais universidades europeias. Seguiram-se a ela, no mesmo século, as de Oxford e Salamanca e, mais tarde, muitas outras, até que pelo fim do século XV, a Europa contava umas oitenta.

A forma de nascimento das universidades é muito variada. Umas vêm pela autoridade e atração de um mestre (Paris, Salerno, Oxford); outras por fundação do Papa (Roma, Pisa e Montpellier); outras por edito do príncipe (Salamanca, Nápoles); e outras, o que é mais frequente, são criadas por ambos os poderes (Praga, Viena e Lisboa).

Em geral, umas e outras, passando algum tempo, recebiam privilégios dos papas e dos reis. Entre esses privilégios figuravam os de isenção de impostos, o de jurisdição interna para julgar os seus membros e, o mais importante, o direito de conceder graus.

O primeiro deles era o bacharel, uma espécie de auxiliar de ensino; o segundo, o da “licenciatura”, que capacitava para ensinar; e o terceiro era o de “doutor” (LUZURIAGA, 1985).

Lino Rampazzo

Doutor em Teologia pela Pontifícia Università Lateranense (Roma)
- Pós-Doutor em Democracia e Direitos Humanos pela Universidade de Coimbra
Professor nos Cursos de Filosofia e de Teologia da Faculdade Canção Nova

O método da pedagogia universitária compreendia três momentos: *lectio* (lição), *quaestio* (repetição) e *disputatio* (discussão). A *lectio* consistia numa exposição de certos livros tomados como base de ensino (por exemplo, a Bíblia traduzida em latim por S. Jerônimo; e as “Sentenças” de Pedro Lombardo, para a teologia; as obras dos médicos Hipócrates e Galeno, para a medicina etc.). Depois vinham as repetições (*quaestio*), que eram explicações e os comentários das partes difíceis da lição, em forma de diálogo entre mestres e alunos. Na *disputatio*, que se verificava semanalmente, concorriam professores e alunos da faculdade. Um *magister* (mestre) pronunciava uma conferência; os demais professores apoiavam os pontos de vista da exposição (tese), ou lhes faziam objeção. A *disputatio* era um magnífico expediente para desenvolver a destreza dialética, mas não poucas vezes fomentou o formalismo de sutilezas inúteis.

As universidades se dividiam em *nationes* (= nações), que agrupavam os estudantes de diversos países, os quais, segundo a nacionalidade, costumavam hospedar-se na mesma casa (“*hospitia*”) e tinham organização autônoma.

Outra divisão era a das “faculdades”. A palavra *faculdade*, em seu sentido de corpo de professores e estudantes consagrados ao ensino e estudo de um ramo do conhecimento humano, originalmente concedia o direito (em latim *facultas*) que o graduado tinha de ensinar.

A universidade plenamente integrada compreendia quatro faculdades: teologia, medicina, direito e artes. O nome desta última provinha da expressão “artes liberais” (gramática, retórica, dialética, aritmética, geometria, música e astronomia) e se referia às disciplinas de estudo desta faculdade; daí possuírem o caráter de transmitir uma certa educação não profissional, e de servirem de introdução às outras três de caráter profissional e superior.

A presença da filosofia (nas “artes”) e da teologia dentro da estrutura universitária era sinal da sociedade medieval, na qual a presença da Igreja era marcante e se procurava uma integração entre a ciência e a fé.

A influência das universidades na Idade Média foi grande, tanto política como culturalmente; papas e reis contavam com esta instituição. Do ponto de vista cultural, **representaram** o ápice da sabedoria da época até a Renascença, período no qual começaram a declinar por ater-se às tradições escolásticas e não admitir, senão muito tardiamente, as novas ciências (LARROYO, 1974).

Aos poucos, então, foi-se definindo o objetivo da universidade, que pode ser indicado da seguinte maneira: tornar-se “um centro de criatividade e de irradiação do saber para o bem da sociedade” (JOÃO PAULO II, n. 1).

Para conseguir tal objetivo, a Universidade se consagra à investigação (= pesquisa), ao ensino e à formação dos estudantes (= ensino); e a diversos serviços prestados à comunidade (= extensão). Como se vê, trata-se das três funções básicas da universidade: ensino, pesquisa e extensão. Aliás, a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, faz referência explícita a esses três objetivos: “As universidades... obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.” (Art. 207).

3. O SURGIMENTO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Diferentemente do que aconteceu na América Espanhola, no Brasil o Governo Português, em todo o período colonial, não fundou nenhuma universidade. Havia apenas cursos superiores para a formação dos futuros padres. Os que quisessem tornar-se médicos ou advogados, ou engenheiros, precisavam atravessar o Atlântico e estudar em Universidades europeias, geralmente em Coimbra, ou em Paris.

Esta diferença se percebe simplesmente ao considerar que a Universidade de São Marcos, no Peru, já tinha sido criada no século XVI, em 1551.

Mas a “política educacional” na colônia do Brasil foi outra. Desde a colonização, organizada por Dom João III, a partir de 1549, houve apenas a preocupação de catequizar os índios e de educar, num “curso de humanidades” os filhos dos colonos, sendo a atividade educacional confiada à ordem dos Jesuítas.

É preciso, pois, esperar os últimos anos da colonização para que se criem cursos superiores no Brasil. Isso acontece a partir da chegada de Dom João VI no país, em 1808. Era necessário preparar a elite, desta vez no Brasil, que acabava de tornar-se a nova sede do poder português. Criaram-se, então, cursos superiores, com o objetivo de formar médicos, cirurgiões e engenheiros para o exército e a marinha.

Logo depois da independência, a Assembleia Constituinte de 1823 pretendia criar duas universidades, uma em São Paulo e outra em Olinda. Mas a dissolução da Constituinte sepultou este projeto. Em compensação, em 1827, são criados cursos jurídicos em São Paulo e Olinda: estes, mais tarde, na década de '50, passarão a denominar-se “faculdades”.

Sucessivamente haverá um grupo de defensores do modelo universitário alemão, caracterizado pela plena liberdade de ensinar e aprender, sendo mantido pelo Estado, que, porém, respeita a autonomia administrativa e acadêmica. Mas a preocupação com a Abolição da escravidão e com a República, que já se anunciava, relegou para um segundo plano as questões educacionais. Durante os trinta primeiros anos do regime republicano, apenas algumas vozes esparsas levantaram-se contra o descaso e a pouca frequência com que se propunha a questão da criação da universidade.

Precisa esperar o ano de 1915 para que se formalize, de maneira lacônica e simplificada, o projeto de criação da universidade: o que vai acontecer através do Art. 6º do Decreto nº 11.530 de 18 de março de 1915. Isso será efetivado em 1920, através de um outro decreto, o de nº 14.343, no qual se determinou que a Escola Politécnica, a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Direito, todas do Rio de Janeiro, fossem reunidas na “Universidade do Rio de Janeiro”. Na prática, esta Instituição rotulou com o nome de Universidade um agregado de escolas, chamadas de Faculdades.

Por outro lado, o modelo escolhido para a Universidade do Rio de Janeiro serviu de importante ponto de referência, tanto para verificar os pontos negativos da instituição em funcionamento, quanto para orientar o pensamento no sentido de estabelecer a autêntica organização universitária no país (ROMANELLI, 1987).

Mas foi em São Paulo que, aos poucos, foi pensada, planejada e instituída uma Universidade que não fosse uma simples agregação de faculdades. Destacaram-se, nessa reflexão, as contribuições de Fernando de Azevedo, Júlio de Mesquita Filho, Alcântara Machado, Raul Briquet e Lúcio Rodrigues: até que foi criada a Universidade de São Paulo, pelo Decreto nº 6.283, de 25 de janeiro de 1934, do então interventor federal no Estado de São Paulo, Armando de Salles Oliveira, considerado seu fundador.

São fins da Universidade: a) promover pela pesquisa, o progresso da ciência; b) transmitir pelo ensino, conhecimentos que enriqueçam ou desenvolvam o espírito, ou sejam úteis à vida; c) formar especialistas em todos os ramos da cultura, e técnicos e profissionais em todas as profissões de base científica; d) realizar a obra social de vulgarização das ciências, das letras e das artes, por meio de cursos sintéticos, conferências, palestras, difusão pelo rádio, filmes científicos e congêneres. (SÃO PAULO, 1934).

O Art. 2º do citado Decreto diz:

Em poucos anos houve, no Brasil, a multiplicação das Universidades, com uma legislação que procurava definir suas características e suas modalidades de ação, especificamente nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 e 1996. Além das Universidades, desde 1997, apareceu também a modalidade dos “Centros Universitários”: hoje mais de cem; e continuam as Faculdades Integradas, as Faculdades isoladas e os Institutos de Educação Superior.

A realidade da globalização e as exigências do mercado deram um considerável impulso ao Ensino Superior no Brasil, particularmente na rede privada.

Mas a Universidade hoje, no mundo inteiro, passa pela reformulação provocada seja pelos fenômenos da globalização e das novas tecnologias da informação, como pela reconsideração do caminho da ciência que precisa ser colocada a serviço do bem da humanidade: da humanidade toda e do homem em todas as suas dimensões.

Dessa maneira, voltando às lições do passado e direcionando o futuro para os valores mais humanos, a Instituição Universitária poderá renovar-se, sempre garantindo a “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

4. UNIVERSIDADES CATÓLICAS: ORIGENS E CARACTERÍSTICAS

E como nasceram as Universidades Católicas?

O contato do cristianismo com o mundo da cultura sempre suscitou na Igreja o problema de integrar ciência e fé. Por isso, desde as origens, a Igreja foi promotora do saber, das ciências, das artes, da cultura. Já no século II d. C., apareceram sob o seu impulso centros de cultura cristã, os chamados *didascalía*, entre os quais sobressaíram os de Alexandria, no Egito, de Esmirna e de Edessa, na Ásia Menor, e de Roma.

Um momento importante na história da cultura universal — sem falar da contribuição dada pelas abadias beneditinas, na Idade Média — foi a fundação, a partir do século XII, das Universidades

Lino Rampazzo

Doutor em Teologia pela Pontifícia Università Lateranense (Roma)
- Pós-Doutor em Democracia e Direitos Humanos pela Universidade de Coimbra
Professor nos Cursos de Filosofia e de Teologia da Faculdade Canção Nova

de Bolonha, Pádua, Paris, Oxford, Salamanca etc., promovida pela Igreja.

Com a presença marcante da Igreja na atividade educacional nos séculos XIIIIV, era normal que as universidades tivessem procurado uma integração, no saber, entre a ciência e a fé. Por isso, nesse período, a universidade plenamente integrada compreendia quatro faculdades: teologia, direito, medicina e artes.

A época da Renascença e do Iluminismo marca a crise deste modelo: o famoso *Institut Catholique* de Paris lembra, pelo termo, o fato que, por muito tempo na França uma instituição católica não podia receber o título de “Universidade”.

Assim, quando os Estados tomaram como sua a missão de fundar universidades, a Igreja continuou promovendo a ciência e a cultura em centros acadêmicos próprios.

Historicamente, a primeira Universidade Católica foi fundada em Lovaina, na Bélgica, em 1834. Tratou-se de uma bela iniciativa, cheia de fé e audácia: um modelo para fundações posteriores. A partir de então, sucederam-se outras fundações que, no século XX, tornaram-se cada vez mais numerosas (MARTINS, 1991).

O diário católico italiano “*Avvenire*” publicou, no dia 20 de novembro de 2011, um artigo do jornalista Andrea Galli, apresentando números significativos a respeito das Universidades Católicas no mundo de hoje.

Atualmente, existem no mundo centenas de instituições universitárias católicas: 998 universidades e 211 institutos semelhantes, ou seja, escolas de perfil mais técnico, mas que concedem títulos universitários. Estima-se um total entre 3 e 4 milhões de estudantes matriculados. Eis a distribuição quantitativa destas instituições, por continentes: a) América Setentrional: 287; b) América Central: 21; c) América meridional: 155, das quais 47 no Brasil; d) Europa: 172; e) África: 25; f) Ásia: 533; g) Oceania: 16.

Com referência à América Latina, Andrea Galli destacava duas universidades, a saber: a Católica de Santiago e a PUC de Porto Alegre.

Eis o que ele escreveu, a respeito:

O continente mais importante por impacto social e por prestígios dos ateneus é, de qualquer forma, aquele americano. No Chile as universidades nascidas no seio da Igreja representam o melhor que pode oferecer o País a nível acadêmico; e a Pontifícia Universidade Católica de Santiago foi avaliada como a segunda melhor universidade latino-americana, conforme a prestigiosa classificação do QS World University Rankings, publicada no mês passado. No Brasil, caracterizado por crescimento econômico febril, a Universidade de Porto Alegre, de propriedade dos maristas, inaugurou em 2003, o TECNOPUC, um parque tecnológico de vanguarda na energia fotovoltaica e na informática. (GALLI, 2011, p. 3).

No Brasil, a experiência da Universidade Católica começou em 1947, no Rio de Janeiro. De lá para cá nasceram muitas outras. Dentre elas destacam-se sete, que são também “pontifícias” (as “PUCs”): Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Campinas, Belo Horizonte, Curitiba e Goiânia. As universidades católicas pontifícias mantêm uma ligação ainda mais estreita com a autoridade central

Lino Rampazzo

Doutor em Teologia pela Pontifícia Università Lateranense (Roma)
- Pós-Doutor em Democracia e Direitos Humanos pela Universidade de Coimbra
Professor nos Cursos de Filosofia e de Teologia da Faculdade Canção Nova

da Igreja por meio da Congregação para a Educação Católica. Entre as Universidades Católicas, que não são pontifícias, pode-se lembrar, a título de exemplo, a Universidade Católica de Pernambuco (Recife-PE), de Salvador (BA), de Pelotas (RS), a Universidade Dom Bosco (Campo Grande-MS), a Unisantos (Santos-SP), a Unisinós (São Leopoldo-RS), a Universidade São Francisco (Bragança Paulista-SP), a Universidade Católica de Brasília (DF). Há também Centros Universitários Católicos e Faculdades Católicas. Sempre a título de exemplo, há o Centro Universitário Sagrado Coração de Bauru (Unisagrado), o Centro Universitário Salesiano de São Paulo (Unisal), o Centro Universitário Teresa d'Ávila (Unifatea), o Centro Universitário São Camilo (São Paulo), o Centro Universitário do Leste de Minas Gerais (Coronel Fabriciano-MG), a Faculdade Canção Nova (Cachoeira Paulista -SP), a Faculdade Católica do Ceará (Fortaleza-CE), a Faculdade Católica de Rondônia (Porto Velho-RO), a Faculdade Salesiana Dom Bosco (Manaus-AM).

Mas qual é a função da universidade católica? Quais são seus objetivos principais?

Em 15 de agosto de 1990, as universidades católicas conseguiram uma espécie de Magna Charta — a Constituição Apostólica *Ex corde Ecclesiae* — aprovada pelo Papa João Paulo II, para cuja redação contribuíram todas as universidades católicas do mundo, por meio de uma consulta que começou em 1986. Esta consulta tinha como objetivo aplicar os documentos do Concílio Vaticano II (1962-65) que diziam respeito seja à educação católica, como ao diálogo entre a fé e a cultura: particularmente o n. 1 da Declaração sobre a Educação “*Gravissimum Educationis*” e o capítulo da Constituição Pastoral “*Gaudium et Spes*” que analisa a relação entre fé e cultura (MARTINS, 1991).

Como todos os documentos oficiais da Igreja, este também tem por título as primeiras palavras do texto latino: *Ex corde ecclesiae*, quer dizer, (nascida) do coração da Igreja.

A análise do primeiro número deste documento pode nos ajudar a responder às perguntas feitas acima. Eis o texto:

O continente mais importante por impacto social e por prestígios dos ateneus é, de qualquer forma, aquele americano. No Chile as universidades nascidas no seio da Igreja representam o melhor que pode oferecer o País a nível acadêmico; e a Pontifícia Universidade Católica de Santiago foi avaliada como a segunda melhor universidade latino-americana, conforme a prestigiosa classificação do QS World University Rankings, publicada no mês passado. No Brasil, caracterizado por crescimento econômico febril, a Universidade de Porto Alegre, de propriedade dos maristas, inaugurou em 2003, o TECNOPUC, um parque tecnológico de vanguarda na energia fotovoltaica e na informática. (GALLI, 2011, p. 3).

Como se vê, o texto deste documento lembra, antes de tudo, a origem e a característica da universidade e, logo depois, indica a característica específica da universidade católica.

Existe, pois, um objetivo comum a todas as universidades, e um outro específico da universidade católica. Todas as universidades, católicas ou não, têm o objetivo de servir à verdade, em todos os campos do conhecimento. Como já foi comentado, o termo “universidade” indica uma “totalidade”: a procura e a comunicação da verdade em todos os campos do conhecimento.

Lino Rampazzo

Doutor em Teologia pela Pontificia Università Lateranense (Roma)
- Pós-Doutor em Democracia e Direitos Humanos pela Universidade de Coimbra
Professor nos Cursos de Filosofia e de Teologia da Faculdade Canção Nova

Mas a universidade católica tem uma tarefa privilegiada, a saber: a procura de uma integração entre ciência e fé.

“Ciência” e “fé” pertencem a “duas ordens de realidade que, não raro, tendem a se opor”. E o texto indica o porquê desta oposição: o “método” diferente. A ciência tem como método a investigação da verdade; a fé aceita uma mensagem que contém já pronta a verdade, aliás, “tem a certeza de conhecer, já, a fonte da verdade”.

Não há dúvida de que os métodos são bem diferentes. Existe, porém, para os cristãos, a seguinte convicção: Deus é a origem da natureza e, ao mesmo tempo, da revelação, manifestada particularmente em Jesus de Nazaré. O cientista, de um lado, estuda a manifestação de Deus na natureza, por meio da investigação racional, e o homem de fé (que pode também ser cientista) aceita, ao mesmo tempo, a outra revelação de Deus, que se realizou em Jesus Cristo. E Deus, origem de toda a realidade e totalmente perfeito, não pode contradizer-se.

A esse respeito, assim se expressa o documento “Ex corde Ecclesiae” no n. 17:

A investigação metódica, em todo o campo do saber, se conduzida de modo verdadeiramente científico e segundo as leis morais, nunca pode encontrar-se em contraste objetivo com a fé. As coisas terrenas e as realidades da fé têm, com efeito, origem no mesmo Deus. (JOÃO PAULO II, 1990).

Além disso, existe a convicção de que o diálogo entre ciência e fé favorece um enriquecimento recíproco, como podemos verificar no n. 19 do documento citado, que fala, por um lado, do contributo da teologia às ciências e, por outro, do enriquecimento que a Teologia recebe das outras disciplinas.

A Teologia desempenha um papel particularmente importante na investigação de uma síntese do saber, bem como no diálogo entre fé e razão. Além disso, ela dá um contributo a todas as outras disciplinas na sua investigação de significado, ajudando-nos a examinar o modo como suas descobertas influirão sobre as pessoas e sobre a sociedade, mas também fornecendo uma perspectiva e uma orientação não contidas em suas metodologias. Por sua vez, a interação com as outras disciplinas e suas descobertas enriquece a Teologia, oferecendo-lhe uma melhor compreensão do mundo de hoje e tornando a investigação teológica mais adaptada às exigências de hoje. (JOÃO PAULO II, 1990).

Como consequência desta convicção, desde os primeiros séculos da sua história, houve, na Igreja, a preocupação de integrar a cultura e a fé. Assim, o apologeta Justino, na primeira metade do século II d.C., desenvolveu a tese de que o *Logos* (= a sabedoria de Deus) estava presente em Moisés, nos filósofos pagãos e tinha-se encarnado em Cristo (GOMES, 1979, p. 67).

Hoje, o desenvolvimento dessa mesma tese leva à procura de integração entre a ciência e a fé, que encontra na Universidade Católica seu lugar privilegiado.

O termo “integração”, porém, é utilizado no documento citado não só com referência ao diálogo entre

a ciência e a fé, mas, de maneira mais ampla, na integração de todo tipo de conhecimento. Trata-se de uma tarefa árdua, pois hoje nos deparamos com o “fracionamento crescente do conhecimento”. (JOÃO PAULO II, 1990, n. 16). A procura desta integração, naturalmente, encontra seu espaço seja na Universidade Católica, como nas Evangélicas, devido à comum matriz cristã.

Por este motivo as Instituições de Ensino Superiores confessionais, na procura do bem-estar do ser humano integral, abrem um espaço para a formação humana, espiritual, religiosa e cristã, no pleno respeito das convicções filosóficas e religiosas de cada professor e de cada aluno. E um destes espaços é constituído pela ótica dos cursos oferecidos, seja em nível de graduação, como de pós-graduação. Trata-se da proposta de uma civilização alternativa, não tecnicista, consumista, individualista e destruidora, mas baseada nos grandes valores da verdade, da bondade, da beleza, da justiça, do amor, da solidariedade, do respeito ao ser humano e ao planeta, a serviço do homem todo e todos os homens, sem qualquer tipo de discriminação.

A procura desta integração, naturalmente, encontra seu espaço seja na Universidade Católica, como nas Evangélicas, devido à comum matriz cristã. Por este motivo as Instituições de Ensino Superiores confessionais, na procura do bem-estar do ser humano integral, abrem um espaço para a formação humana, espiritual, religiosa e cristã, no pleno respeito das convicções filosóficas e religiosas de cada professor e de cada aluno. E um destes espaços é constituído pela ótica dos cursos oferecidos, seja em nível de graduação, como de pós-graduação. Trata-se da proposta de uma civilização alternativa, não tecnicista, consumista, individualista e destruidora, mas baseada nos grandes valores da verdade, da bondade, da beleza, da justiça, do amor, da solidariedade, do respeito ao ser humano e ao planeta, a serviço do homem todo e todos os homens, sem qualquer tipo de discriminação.

Do ponto de vista histórico, Galileu, no século XVII, teve o mérito de tornar-se o pai da ciência moderna, determinando o *objeto* específico da investigação e o método com o qual se atingia este tipo de conhecimento. Mas a ciência moderna, com seu método, reduzia o campo da análise do saber, limitando-se aos dados próximos, imediatos, perceptíveis pelos sentidos ou por instrumentos: quer dizer, os dados da ordem material e física. Além disso, esta “ciência” fazia nascer muitas “ciências”, com campos de especialização sempre mais delimitados e uma conseqüente *fragmentação do conhecimento*. Hoje, é muito difícil contar o número de especializações criadas pela ciência moderna.

Se tudo isso, sem dúvida, foi uma riqueza para a humanidade e produziu o avanço científico e tecnológico, por outro lado, criou um cientista preso no seu campo de conhecimento, possuidor de um saber *parcial, desarticulado e incompleto*.

Num diálogo mais amplo que procura voltar à “unidade do saber”, conseqüência da “unidade do ser”, há a preocupação de receber contribuições de todo tipo de análise da realidade: seja por parte do saber popular, como também daquele filosófico, teológico, estético, mítico etc. E a análise da realidade é acompanhada pela humilde convicção de que nunca sabemos tudo: nosso atual conhecimento se realiza “como num espelho, confusamente.” (1 Coríntios 13,12).

A triste experiência de uma ciência que, deixada a si mesma, acabava destruindo a natureza

Lino Rampazzo

Doutor em Teologia pela Pontifícia Università Lateranense (Roma)
- Pós-Doutor em Democracia e Direitos Humanos pela Universidade de Coimbra
Professor nos Cursos de Filosofia e de Teologia da Faculdade Canção Nova

e, particularmente, o homem levou a questionar também o *objetivo do saber*. Este, pois, justifica-se somente quando é colocado a serviço do homem, e nunca contra ele; *do homem todo e de todos os homens*, conforme a feliz expressão de Paulo VI (PAULO VI, 1967, n. 14, grifo nosso).

O saber é, pois, um produto do homem: sai do homem e para ele volta, mas para servi-lo. Aqui entra a importância da ética, sobre a qual assim se expressa o documento citado: “É essencial convencer-mos da prioridade da ética sobre a técnica, do primado da pessoa sobre as coisas, da superioridade do espírito sobre a matéria” (JOÃO PAULO II, 1990, n. 18).

5. UNIVERSIDADES CATÓLICAS: ALGUNS DESTAQUES

Apresentam-se, a seguir, alguns destaque da Constituição Apostólica citada, a saber, as quatro características da Universidade Católica, o papel dos professores e a colaboração respeitosa com os não católicos que se encontram nesta Instituição.

On. 13 deste documento indica as seguintes quatro características essenciais das Universidades Católicas:

1. uma inspiração cristã não só dos indivíduos, mas também da Comunidade universitária enquanto tal;
2. uma reflexão incessante, à luz da fé católica, sobre o tesouro crescente do conhecimento humano, ao qual procura dar um contributo mediante as próprias investigações;
3. a fidelidade à mensagem cristã tal como é apresentada pela Igreja;
4. o empenho institucional ao serviço do povo de Deus e da família humana no seu itinerário rumo àquele objetivo transcendente que dá significado à vida.

A partir disso, apenas a título de exemplo, precisa verificar se no PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional), nos PPCs (Projetos Pedagógicos dos Cursos), nas ementas e nas bibliografias das disciplinas se refletem estas características. Caso contrário, o adjetivo ‘católica’ da instituição não corresponde à realidade.

Quanto aos professores da Instituição, o n. 22 do mesmo Documento fala de um chamado ‘a ser testemunhas e educadores duma autêntica vida cristã, a qual manifeste a integração conseguida entre fé e cultura, entre competência profissional e sabedoria cristã’, com inspiração nos ideais académicos e nos princípios duma vida autenticamente humana.

Em seguida, no n. 26, há uma importante referência aos não católicos da comunidade universitária, incluindo não somente os que pertencem a outras Igrejas e a outras religiões, como também o que não professam nenhum credo religioso. No princípio da liberdade religiosa e do dialogo, reconhece-se que ‘estes homens e estas mulheres contribuem, com a sua formação e experiência, para o progresso das diversas disciplinas académicas ou para a realização de outras tarefas universitárias’.

Naturalmente, é importante ressaltar também o compromisso dos não católicos nestas instituições, indicados no art. 4. no apêndice do documento. Estes ‘têm a obrigação de reconhecer e respeitar o carácter católico da Universidade’.

E, para não pôr em perigo tal identidade católica da Universidade ou do Instituto Superior, precisa evitar que, mais especificamente, os professores não católicos venham a constituir a maioria no interior da Instituição, a qual é e deve permanecer católica.

6. CONCLUSÃO

Procurou-se, neste artigo, refletir, antes de tudo, sobre o que é uma Universidade em geral, e, especificamente, o que é uma Universidade Católica.

Viu-se que a *Universidade* nasceu na Idade Média, como Instituição que se consagrava ao serviço de todo o saber, nos seus diferentes campos e métodos de análise, ao ponto dela poder ser definida como um centro de criatividade e de irradiação do saber para o bem da sociedade.

Para o cristão, porém, existe o problema de integrar a sua experiência racional com aquela da fé. E a Universidade Católica é um lugar privilegiado para o diálogo entre essas duas dimensões da existência: diálogo que pode favorecer um enriquecimento recíproco. Por um lado, a teologia ajuda a razão, oferecendo uma perspectiva e uma orientação nova; por outro, a investigação racional oferece à teologia uma melhor compreensão do mundo de hoje, tornando a investigação teológica mais adaptada às exigências atuais.

Esta integração fé-razão estimula também o diálogo entre as disciplinas (interdisciplinaridade) e, particularmente, das disciplinas com a ética, na convicção da necessidade de reconhecer o primado da pessoa sobre as coisas, e da ética sobre a técnica.

Espera-se, assim, que a sociedade seja enriquecida de maneira competente e ética pela parte das Universidades, em geral, como, na sua especificidade, pela Universidades Católicas.

7. REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 29. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2002

GALLI, Andrea. Università Cattoliche, rete globale. **Avvenire**, Roma, 20 nov. 2011. Agorá, p. 3.

GOMES, Cirilo Folch. **Antologia dos Santos Padres**. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1979.

JOÃO PAULO II. **Constituição Apostólica Ex Corde Ecclesiae**. 15 ago. 1990. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_constitutions/documents/hf_jp-ii_apc_15081990_ex-corde-ecclesiae.html. Acesso em: 14 set. 2023.

LARROYO, Francisco. **História Geral da Pedagogia**. Tradução de Luiz Aparecido Caruso. 2. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1974. Tomo I.

LUZURIAGA, Lorenzo. **História da educação e da pedagogia**. Tradução de Luiz Damasco Penna; J. B. Damasco Penna. São Paulo: Nacional, 1985. (Atualidades pedagógicas, v. 59).

MARTINS, José Saraiva. **A identidade e a Missão das Universidades Católicas**. Campinas: PUC, 20 de agosto de 1991. Palestra Proferida. Digitado.

PACHECO, Maria Cândida Monteiro. Trivium e Quadrivium. In: RAMOS, Luís A. de O; SERRÃO, Joel Serrão; OLIVEIRA, Antônio de. **História da Universidade em Portugal (1290-1536)**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1997. v. I.

PAULO VI. **Carta Encíclica *Populorum Progressio***. 26 mar. 1967. Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum_po.html. Acesso em: 10 set. 2023.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1987.

SÃO PAULO. **Decreto n.º 6.283 de 25 de janeiro de 1934**. Disponível em: <http://citrus.uspnet.usp.br/leginf/criacao/decreto6283.htm>. Acesso em: 14 set. 2023.